

CLIPPING IMPRESSO

28/11/2019



INDICE

1. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	4
2.2. ESMAM.....	5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
3.2. CNJ.....	7 - 9
3.3. INSTITUCIONAL.....	10 - 11

»» Onde procurar ajuda

Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência —
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Telefone: 180 (disque-denúncia)

Centro de Atendimento à Mulher (Ceam)
» De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h
» Locais: 102 Sul (Estação do Metrô), Ceilândia, Planaltina

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam)
» Entrepraça 204/205 Sul - Asa Sul
(61) 3207-6172

Disque 100 — Ministério dos Direitos Humanos
Telefone: 100

Programa de Prevenção à Violência Doméstica (Provid) da Polícia Militar
Telefones: (61) 3910-1349 / (61) 3910-1350

»» Entenda o caso

Sandra Maria Sousa Moraes foi encontrada morta na última segunda em um local de mata que faz divisa com o Parque Nacional de Brasília. A vítima foi achada com um cabo de telefone enrolado no pescoço. A cabeleireira teria sido estrangulada pelo próprio ir-

mão, Danilo Moraes, considerado foragido da Justiça do Maranhão. No crime contra a irmã, o suspeito teria tido a ajuda do filho de Sandra para enterrar o corpo. A moradora de Vicente Pires é a 32ª vítima de feminicídio no Distrito Federal em 2019.



**Era uma pessoa alegre, batalhadora,
que não dependia de ninguém
para ser feliz"**

Jailson Lima, vizinho de Sandra

Facebook/Reprodução



**Sandra Moraes é a 32ª
vítima de feminicídio
do DF em 2019**

FEMINICÍDIO

Assassinato e ameaças

Justiça concede liberdade provisória ao filho da cabelereira Sandra Maria Sousa Moraes, morta pelo próprio irmão. Jovem disse que foi obrigado a ajudar a esconder o corpo da mãe porque teve medo do tio

» DARCIANNE DIOGO

A Justiça concedeu liberdade provisória a Brendo Sousa Moraes, 21 anos, filho da cabelereira Sandra Maria Sousa Moraes, 39, assassinada no último sábado pelo próprio irmão. Segundo investigadores da 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires), Brendo teria ajudado o tio, Danilo Moraes Gomes, a enterrar o corpo da vítima, no Assentamento 26 de Setembro, em Vicente Pires, onde a família residia (**leia Entenda o caso**). O suspeito pelo assassinato continuava foragido até o fechamento desta reportagem.

Na manhã de ontem, Brendo passou por audiência de custódia no Departamento de Controle e Custódia de Presos (DCCP), no Complexo da Polícia Civil. A juíza que presidiu a sessão, Lorena Alves Ocampos, entendeu que o jovem não responde pelo feminicídio de Sandra e, conforme os depoimentos prestados à 38ª DP, só soube do crime após ação do tio. “Esclareço, novamente, que não há indícios de que o autuado esteja envolvido na morte da mãe. A todo momento, ele colaborou com a polícia mostrando o local do corpo e as câmeras de segurança e descrevendo em detalhes tudo o que ocorreu”, esclareceu a magistrada.

Em depoimento, Brendo afirmou que não teve outra alternativa a não ser ajudar a esconder os restos mortais da mãe, pois, segundo ele, estava com medo e se sentia ameaçado a todo momento, pelo fato de estar sozinho com o assassino, que estaria armado. O jovem disse ainda que teria sido obrigado

a dormir com a esposa na casa de Danilo, afirmando que o tio estava no controle da situação. O Correio entrou em contato com a esposa de Brendo, mas ela não quis se pronunciar sobre o caso.

Investigação

Na noite de ontem, o delegado à frente do caso, Eder Charneski, foi ao Fórum de Águas Claras para expedir mandado de prisão preventiva contra Danilo Moraes. Contudo, por conta do horário, a resposta do juiz só sairá na tarde de hoje. “Até então, estávamos recolhendo os depoimentos e juntando o máximo de provas para remeter o mandado”, explicou.

Uma das testemunhas do caso foi convocada para prestar depoimento na delegacia ontem, mas não apareceu. Segundo o delegado, a pessoa a ser ouvida seria uma fonte importante para o andamento das investigações. Agentes chegaram a analisar as câmeras de segurança do local, entretanto, de acordo com Charneski, não foi possível identificar como se deu o contexto do crime.

O suspeito também é procurado pela Justiça do Maranhão. Ele cumpria pena de 30 anos e seis meses no Presídio de Pedrinhas, em São Luís (MA), por latrocínio, estupro e ocultação de cadáver. “Os familiares nos informaram que ele teria fugido do complexo, mas não existe mandado de prisão. Hoje, faremos novas pesquisas e analisaremos novamente as câmeras

de segurança para buscar mais informações”, acrescentou.

“Batalhadora e alegre”

Sandra Maria Sousa Moraes morava há mais de seis anos com a filha Samara Sousa Moraes, 22, na Rua 1 de Vicente Pires. As duas trabalhavam em um salão que mantinham na própria casa. Sandra era cabelereira, e Samara, manicure. Abalada, Samara não quis se pronunciar sobre o caso.

Vizinhos e amigos da vítima lamentam a morte da mulher. O auxiliar de serviços gerais Jailson Lima, 32, mora em frente à casa de Sandra e sente pela perda da amiga. “Ela só vivia aqui em casa, conversando e brincando. Era uma pessoa alegre, batalhadora e que não dependia de ninguém para ser feliz. Quando soubemos da morte, ficamos desesperados. Aqui na rua, tinha gente gritando, chorando, pois ela era muito querida”, contou.

A bancária aposentada Onícia Gontijo, 65, fazia tratamentos no cabelo com Sandra. Ela também mora em frente à casa da vítima. “Muitas mulheres daqui de Vicente Pires procuravam o salão dela e gostavam do trabalho. Era uma pessoa muito comunicativa, alegre e que gostava de agradar os clientes”, relatou.

De acordo com a aposentada, o irmão da vítima chegou a morar na casa dela por um tempo. “A Sandra até montou um barraco para ele. Aparentemente, a relação dos dois era normal. Jamais

imaginava que ele pudesse fazer isso. Mas percebia que ele não parecia ser uma pessoa tão boa. Depois que o Danilo foi morar com ela, deixei de frequentar o salão, pois não me sentia segura”, disse.

Enterro

O corpo de Sandra ainda não foi liberado pelo Instituto Médico Legal (IML), pois os documentos da vítima não foram encontrados. “Provavelmente, o Danilo levou ou jogou em algum lugar. Como ela é natural de Maranhão, não tem prontuário civil, que é o que comprova a identidade”, explicou o delegado Eder Charneski.

Mobilizados com o caso, amigos de Sandra montaram uma “vaquinha” para ajudar nos custos do velório. A técnica em enfermagem Isabel Pereira, 33, é uma das pessoas à frente da ação. As duas frequentavam uma igreja evangélica em Vicente Pires. “Nós, da comunidade, nos sensibilizamos com a situação. A família dela não tem condições financeiras para promover um velório digno”, frisou.

Isabel conheceu Sandra no salão dela há mais de seis anos. “Quando soube que ela estava morta, não consegui ficar sobre as pernas. Pensei comigo: ‘como pode uma pessoa tão alegre, que gosta de ajudar, morrer desse jeito?’. Nunca vou me conformar”, lamentou.



DEPOIS DO PRESIDENTE do Conselho Deliberativo do Grupo Mirante, Fernando Sarney, do desembargador Jorge Rachid Mubarack Maluf, do presidente da Academia Maranhense de Letras, Benedito Buzar, e do governador Flávio Dino, foi a vez do empresário Mauro Fecury receber a camisa oficial da festa “Ex-Marista Nunca!”, que acontecerá neste sábado, no Colégio Marista Araçagi. A camiseta foi entregue ontem, na residência de Mauro, por uma comitiva do Marista encabeçada pelo diretor geral da instituição, Irmão Luís André Pereira, pelo diretor da Pororoca Produções, Ricardo Fernandes, e por Benedito Buzar



Divulgação

Ministro Antônio Saldanha e Jorge Mussi estarão hoje em São Luís

Fórum de Justiça do MA terá palestra de ministros do STJ

Antônio Saldanha e Jorge Mussi falarão sobre regularização processual da população carcerária

BRASÍLIA

Os ministros Antônio Saldanha Palheiro e Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), participam, hoje, em São Luís, do II Fórum do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão, que será aberto no Fórum do Calhau, às 9h.

O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), com o objetivo de discutir sobre a regularização processual da população carcerária do Maranhão.

Cerca de 200 profissionais que atuam no TJ (magistrados e servidores), além de advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias de Estado da Administração Penitenciária, Saúde e Segurança Pública estão inscritos no fórum.

Atividades

As atividades, com duração de 20 horas, serão realizadas hoje e amanhã em dois locais: Auditório Madalena Serejo, no Fórum de São Luís (abertura e primeiro dia) e na

AMMA/ESMAM - Rua Búzios - Calhau (oficinas de trabalho, segundo dia do evento).

O desembargador Froz Sobrinho, presidente da UMF-TJMA, explica que o fórum é um espaço de discussão bianual de caráter inter-setorial, interinstitucional, interdisciplinar, transversal e multiprofissional relacionadas com as políticas de segurança pública e de justiça criminal.

Evento será aberto pelo ministro Antônio Saldanha

“A ideia é aproximar os profissionais das diversas carreiras jurídicas vinculadas à sua área de debates na perspectiva de compreenderem sistemicamente os limites das responsabilidades, competências e atribuições, a missão e o papel de cada um dos seus integrantes”, conclui.

A conferência inaugural será proferida pelo ministro Antônio Saldanha Palheiro. Já o ministro Jorge Mussi também terá participação no primeiro dia do evento, na conferência que terá início às 17h. ●



Agrária

O projeto de lei complementar que cria a Vara Especializada de Conflitos Agrários – enviado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, foi aprovado pela Assembleia Legislativa, terça-feira (26). Para o presidente do TJ, José Joaquim Figueiredo, o projeto se justifica pela necessidade de implantação dos julgamentos nessa área. Segundo ele, as estatísticas demonstram que, ano passado, foram, pelo menos 175 conflitos agrários acirrados, envolvendo 39 mil famílias, com a ocorrência de cinco assassinatos.

**Serviços de
protesto
de títulos
passam a ser
gratuitos em
todo o país**

PÁG. 9 (C1)

Serviços de protesto de títulos passam a ser gratuitos em todo o país

A partir de hoje, 28 de novembro, os serviços de protesto de títulos serão gratuitos em todo o Brasil. A medida foi decidida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada no último dia 30, por meio do Provimento nº 86/2019, que determina que os custos do serviço sejam pagos pelos devedores e que o protesto se torne gratuito para o credor.

O benefício estende-se para todos os apresentantes (particulares, públicos e bancários), para títulos de crédito e documentos de dívida com menos de um ano de vencidos na data de sua apresentação no cartório de protesto. Qualquer cidadão ou empresa, vítima da inadimplência, pode utilizar essa ferramenta para recuperar valores de títulos não pagos, como cheques sem fundo, duplicatas, notas promissórias, taxas de condomínios, contratos de locação ou mensalidades, dentre outros.

O protesto de títulos e outros documentos de dívidas é um serviço público, que tem como função caracterizar a inadimplência do

devedor, e também evitar práticas de cobranças indevidas, vexatórias ou humilhantes para o devedor. Qualquer cidadão, vítima da inadimplência, pode utilizá-lo para recuperação de valores de títulos não pagos.

Por meio dessa medida o credor dará entrada em sua dívida vencida no Tabelionato de Protesto mais próximo. O cartório intimará o devedor, que terá três dias para efetuar o pagamento. O credor não terá custo algum com a apresentação da dívida feita no cartório. Quando o devedor for quitar a sua dívida, arcará com os emolumentos (taxas cartorárias) e demais despesas de cartório.

Segundo o tabelião do 2º Tabelionato de Protesto de São Luís e presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Maranhão (IEPTB-MA), Paulo de Tarso Guedes Carvalho, a medida forçará que as pessoas paguem suas contas em dia, pois caso não pague, terá que pagar a dívida e ainda arcar com as taxas

cartorárias no ato do pagamento.

“Quando o devedor quitar a dívida e for ao cartório fazer o cancelamento do protesto, terá que pagar os custos do cartório. Esses custos não serão mais de responsabilidade dos credores”, frisou.

A mudança possibilitará a postergação do pagamento dos emolumentos (taxas cartorárias) para protesto, incentivar o uso dessa eficiente ferramenta e auxiliar os credores na recuperação de crédito. “A postergação do pagamento das taxas cartorárias do protesto irá estimular o uso desse instrumento e, conseqüentemente, vai ajudar os credores na recuperação de crédito. Além de desafogar o poder judiciário, um dos grandes papéis que os cartórios vêm desempenhando com bastante eficiência”, destacou o presidente do IEPTB-MA.

A norma ainda determina que os cartórios de protesto estarão autorizados a conceder parcelamento de emolumentos e demais acréscimos legais aos interessados, por meio

de cartão de débito ou de crédito, desde que sejam cobrados na primeira parcela os acréscimos legais. Desta forma, caberá ao devedor, no ato do pagamento de sua dívida, a responsabilidade de arcar com as despesas do protesto, incluindo taxas e emolumentos devidos aos órgãos públicos.

SOBRE OS CARTÓRIOS DE PROTESTO

Os Cartórios de Protesto, representados pelo Instituto de Estudo de Protesto de Títulos do Brasil, apresentam-se como a mais eficiente ferramenta de recuperação de créditos do Brasil. No Maranhão, de todos os títulos apresentados por meio da Central de Remessa de Arquivos do Maranhão (CRA-MA) – 62% das dívidas apresentadas a protesto foram recuperadas em até três dias úteis, antes do protesto. Em termos percentuais, o protesto extrajudicial recupera títulos e outros documentos de dívida ativa em cerca de 80% em até cinco anos, tempo em que o judiciário recupera apenas 13,19% dos créditos.

Informe JP

Boas práticas

Com a ideia de reconhecer práticas que simplificam e modernizam o Judiciário e ações que promovam eficiência e qualidade dos serviços jurisdicionais, o Conselho Nacional de Justiça lançou o portal de Boas Práticas do Poder Judiciário.

Os tribunais que desenvolvem esse tipo de ação, devem inscrever seus projetos no portal, que servirá também como um banco de consulta de boas práticas em todo o país, de modo que elas possam ser desenvolvidas em outras cortes.

Projeto do Judiciário que cria vara agrária é aprovado no Legislativo

PÁG. 2 (C1)

Projeto do Judiciário que cria vara agrária é aprovado no Legislativo

O Projeto de Lei Complementar que cria a Vara Especializada de Conflitos Agrários – enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Joaquim Figueiredo, à Assembleia Legislativa do Maranhão – foi aprovado em sessão legislativa, na terça-feira (26). O projeto vai à sanção do governador Flávio Dino.

O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que o Projeto de Lei Complementar (PLC 008/2019) justifica-se pela necessidade de implantação da Vara Especializada em Conflitos

Agrários no Maranhão.

“As estatísticas oficiais têm demonstrado necessidade e urgência na implantação da Vara Agrária, conforme dados recentes da Comissão Nacional da Pastoral da Terra (CPT), que acusam a ocorrência, no ano passado, de pelo menos 175 conflitos agrários acirrados denunciados, envolvendo 39 mil famílias, com a ocorrência de cinco assassinatos decorrentes de conflitos agrários”, informou o presidente.

Outro PLC de iniciativa do Poder Judiciário também foi aprovado durante a sessão. Trata-se do

Projeto de Lei Complementar 001/2019 (Mensagem 01/2019) que altera a tabela de vencimentos de cargos a serem extintos, primeiro a ser votado, em segundo turno e que agora também vai à sanção.

O PLC 001/2019 altera a tabela de vencimentos dos cargos extintos a vagar de depositário, de distribuidor e de escrivão de serventia judiciária constante no anexo da Lei Complementar 125, de 15 de julho de 2009, com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como relator o deputado Rafael Leitoa (PDT); e na de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle, sendo relatado pelo deputado Carlinhos Florêncio (PCdoB).